



© MARCOS WESLEY/ISA

Davi Kopenawa recebe rei da Noruega

Rei Harald V passa três dias na aldeia Watoriki, na Terra Indígena Yanomami, e define a experiência como “maravilhosa” • P.14

Conheça as posições do ISA sobre

- ✓ Demarcação de Terras Indígenas
 - ✓ Mineração em Terras Indígenas
 - ✓ Titulação de terras quilombolas
- P.12

Amazônia sob pressão

Publicação da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada ganha versões em português e inglês • P.19



RAISG REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA



© ANTONIO MELO

Encerramento do curso de Restauração Ecológica em São Félix do Xingu (PA)

Lucas do Rio Verde e São Félix do Xingu se capacitam para restaurar APPs

Entre março e abril, o ISA e a TNC realizaram os últimos módulos do curso de Restauração Ecológica e Adequação Ambiental em Lucas do Rio Verde (MT) e em São Félix do Xingu (PA). Cerca de 40 pessoas foram capacitadas para contribuir com a implantação efetiva da adequação ambiental das propriedades rurais, com enfoque na restauração das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e Reserva Legal (RL). Ao longo de três módulos, realizados entre 2012 e 2013, o curso abordou a legislação ambiental, o diagnóstico de áreas degradadas e as técnicas de restauração florestal por meio de aulas teóricas e atividades práticas em campo. A última etapa, trabalhou o monitoramento dessas áreas. Em Lucas do Rio Verde, os participantes foram técnicos das prefeituras de Sorriso, Alta Floresta, Sapezal, Nova Ubiratã, Nova Mutum, do Sindicato Rural de Tapurah, além de técnicos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso, da Embrapa e da Companhia Mato-grossense de Mineração (Metamat). Já em São Félix do Xingu participaram técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Agricultura,

da Adafax (Associação para Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu), da TNC, do grupo Marfrig, além de consultores do Ministério do Meio Ambiente e agricultores.

Os municípios de Lucas do Rio Verde e São Félix do Xingu estão avançados no cadastramento das propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR), primeiro passo para a adequação ambiental. Mas não é suficiente para efetivar esse processo no chão. A capacitação foi fundamental para efetivar a regularização ambiental, com o acompanhamento das áreas implantadas, especialmente porque as demandas são diferentes. Enquanto em Lucas a predominância é de Cerrado, em São Félix do Xingu, é floresta, o que exigiu a adequação a cada realidade. O curso ocorreu no âmbito do projeto “Preparando o Brasil para o Redd”, liderado pela TNC e que tem o ISA como um de seus parceiros. O projeto tem apoio da Usaid e conta ainda com a parceria do Instituto Centro de Vida, Fundo Na-

cional para Biodiversidade e Environmental Defense Fund.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/14iTDGX>

Termina fase de implantação do projeto de sequestro de carbono em Sta Cruz do Xingu

O projeto, iniciado em 2011, foi selecionado no edital do Programa Natura Carbono Neutro, da empresa Natura, que comprou créditos de carbono gerados pela redução de emissões em Sta Cruz do Xingu (MT), para compensar parte de suas emissões de gases de efeito estufa. Um ano e meio depois, foram implantados 185 hectares de plantios em áreas degradadas em propriedades rurais do município. A proposta de redução de emissões por meio da restauração de Áreas de Preservação Permanente foi apresentada pelo ISA em parceria com a Associação Xingu Sustentável (AXS), criada pelos produtores rurais que precisavam recuperar suas áreas degradadas e adequar suas propriedades para eliminar seu passivo ambiental e agregar valor aos seus produtos, em um arranjo institucional inova-

dor. Os produtores rurais interessados em ter sua área degradada restaurada e vender os créditos de carbono se associaram à Associação Xingu Sustentável e se comprometem a fazer a manutenção da área por 30 anos, para garantir que as 60 mil toneladas de carbono sejam sequestradas, conforme prevê o projeto. As próximas etapas preveem o manejo das áreas em processo de restauração e a medição e entrega do carbono a cada cinco anos. A restauração florestal das áreas é feita com a assistência do ISA, por meio de diversas técnicas, entre elas o Plantio Mecanizado de Florestas, em que sementes nativas são plantadas com maquinários agrícolas, como a plantadeira e a lançadeira de sementes.

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3323>

Expedição à TI Yanomami constata invasões e placas de delimitação são colocadas

Em abril, nova expedição foi realizada ao leste da TI Yanomami, entre as regiões do Ajarani e Apiau (RR) dando continuidade à que foi realizada no final de 2012, por uma equipe formada por representantes da Hutukara Associação Yanomami, Funai e ISA. Técnicos da Funai colocaram placas para reforçar os limites onde a 1ª expedição registrou invasões e abertura ilegal de estradas.

Desde 2010, as três instituições têm dado atenção especial ao limite leste da Terra Indígena com o objetivo de realizar atividades de fortalecimento cultural, proteção territorial e geração de renda, buscando reverter o quadro de pressões que ameaça o território Yanomami. A expedição verificou ainda que existem projetos de assentamento (PAs) do Incra que facilitam a ocupação ilegal. Pequenos agricultores, que não foram assentados, ou especuladores imobiliários utilizam-se da estrutura viária criada para os assentamentos, prolongando ilegalmente as estradas de terra e loteando terras de domínio público.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/17rXAR5>



Técnicos da Funai colocam placas reforçando os limites da TI

Aldeia Yudja inaugura casa de sementes

A estrutura inaugurada em março na aldeia Tuba Tuba vai contribuir para a organização do trabalho dos indígenas e para a qualidade das sementes entregues à Rede de Sementes do Xingu. É a primeira casa de sementes do Parque Indígena do Xingu (PIX) e além do que será coletado na aldeia, o local também receberá as coletas das aldeias yudja Paksamba e Pequizal.

O trabalho será coordenado pela Associação Yarikayu, dos yudja, que será responsável por receber e armazenar as sementes até juntar a quantidade ideal para transportá-las para as casas de sementes localizadas fora do PIX, garantindo a qualidade e a identidade das sementes comercializadas pela Rede. Antes as espécies coletadas eram guardadas em casa, em condições que poderiam prejudicar sua qualidade. Agora, num local apropriado, o risco de contaminação por brocas e insetos é menor, sobretudo com o uso dos toneis de papelão para guardá-las.

Os testes de germinação, os experimentos de quebra de dormência de sementes, o controle de qualidade das espécies entregues, e a separação das que serão utilizadas nos plantios de restauração de áreas degradadas serão realizados na casa de sementes de São José do Xingu (MT).

Os Yudja foram um dos primeiros povos do PIX a comercializar as sementes para reflorestamento das nascentes do Rio Xingu através da Rede. Até hoje, os povos do Xingu já entregaram mais de quatro toneladas de sementes, gerando mais de R\$ 100 mil de renda para os indígenas.

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3745>



Nova estrutura na aldeia Tuba Tuba vai receber sementes de outras aldeias yudja

Curtas

PROGRAMA FLORESTABILIDADE MOSTRA PRODUTOS DAS RESEX DA TERRA DO MEIO.

Os trabalhos de manejo de produtos não madeireiros da floresta que o ISA apoia nas três Reservas Extrativistas da Terra do Meio, com financiamento do Fundo Vale, foram tema de dois programas da série Florestabilidade, realizados pela Fundação Roberto Marinho e Fundo Vale e levados ao ar pelo Canal Futura em fevereiro e março. Um deles, o de número 9, mostra a extração de óleo de copaíba na Resex do Riozinho do Anfrísio (veja o vídeo <http://www.youtube.com/watch?v=fHUtzMh7Mno>). Na Resex do Rio Iriri, o tema do programa nº 11, foi a extração do mesocarpo (amêndoas) do babaçu, retirado do coco do babaçu, por mulheres conhecidas como quebradeiras de côco babaçu (veja o vídeo em <http://www.youtube.com/watch?v=2ZEJ-z6CS38>). Por uma triste coincidência, na sexta-feira santa (28/3), dois dos filhos do protagonista do programa nº 9, Antonio Rocha, o Tonheira, foram picados por cobra e escorpião respectivamente quando trabalhavam na floresta. O que levou a picada do escorpião morreu e o outro conseguiu ser socorrido e sobreviveu depois de uma complexa operação de resgate de helicóptero, da qual participaram o MPF, a Secretaria de Saúde de Altamira, o ISA e a Polícia Militar.

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3743>



© CAMILA BARRA/ISA

Dilsa Tomás, Renato Matos e Artur Pereira da Foirn em frente ao Ministério da Justiça

Lideranças indígenas do Rio Negro levam demandas ao governo federal

Em março, o ISA acompanhou diretores da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) à Brasília para discutir com representantes de órgãos governamentais a demarcação de Terras Indígenas, o ordenamento pesqueiro e ações de salvaguarda e valorização cultural para a região. A comitiva esteve nos ministérios da Justiça, da Pesca e Aquicultura e no Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Iphan). No Ministério da Justiça, o objetivo foi acompanhar o processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Cué-Cué/Marabitanas, que terminou sendo declarada em abril pelo governo federal, e na Funai, a elaboração de um planejamento estratégico em conjunto com as comunidades. No Ministério da Pesca, o debate girou em torno de recomendações para o ordenamento pesqueiro do Médio Rio Negro. Foi apresentado o potencial da região e os conflitos e desafios colocados, que demandam

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3739>

uma articulada ação de ordenamento e manejo dos recursos, para preservar a biodiversidade, a segurança



© CAMILA BARRA/ISA

No Ministério da Pesca, índios apresentam potencial da região

alimentar e os modos de vida dos povos do Rio Negro. No Iphan, foi definida uma agenda de trabalho para implementação do Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro reconhecido como patrimônio cultural em 2010. Nesse caso, espera-se que sejam adequadas as políticas públicas voltadas para a agricultura de forma a considerar, reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional associado aos modos de fazer roça no Rio Negro.

Comitê Gestor avalia Territórios Etnoeducacionais do Xingu

A primeira reunião do projeto Formação Continuada de Professores e Profissionais no âmbito da Educação Escolar Indígena do Parque Indígena do Xingu (PIX) aconteceu em março na CTL Pavuru. O projeto é uma parceria entre o ISA e o Ministério da Educação, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Participaram representantes de 18 escolas em 52 aldeias do PIX em funcionamento no Território Etnoeducacional do Xingu (TEEX). Destas, 9 são estaduais com 34 salas anexas e 9 municipais. Quarenta e cinco indígenas representavam os povos do Parque que integram os TEEX

e participam do Comitê Gestor das escolas. Também estavam presentes representantes da Associação Terra Indígena Xingu (Atix) e do Instituto de Pesquisa Etnoambiental do Xingu (Ipeax). Além dos representantes de Gaúcha do Norte, de Feliz Natal, de Nova Ubiratã, do ISA e da Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat). As escolas pertencem aos povos Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayurá, Kawaiwete, Kisêdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nafukua, Tapayuna, Trumai, Waurá, Yawalapiti e Yudja. Os temas abordados foram a história da construção dos TEEX, a compreensão mais aprofundada de seus objetivos e a definição das próximas ações.

A política dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs) foi instituída em maio de 2009, e definiu uma nova base de planejamento e gestão das políticas e ações da educação escolar indígena diferenciada no Brasil, com a participação dos índios. No PIX, os povos indígenas começaram a delimitar o Território Etnoeducacional em agosto de 2010. Ao final, os participantes concluíram que a maioria das ações pactuadas não foi executada, e que o MEC, que coordena o projeto, não se pronunciou nem sobre a paralisação e nem sobre a retomada do plano. Ficou definido como medida emergencial reivindicar junto ao órgão, o agendamento das reuniões ordinárias do TEEX para retomar as ações.



© PAULO AUGUSTO/ISA

Reunião do comitê gestor avalia ações do Território Etnoeducacional

ISA ajuda Brasil Novo (PA) a sair da lista de desmatadores

Em abril, a Secretaria do Meio Ambiente de Brasil Novo (PA) assinou com produtores rurais, sindicatos, representantes municipais e sociedade civil, um pacto de combate e controle do desmatamento e regularização ambiental para sair da lista dos 45 municípios que mais desmatam na Amazônia. O ISA participou do evento e assinou o termo de compromisso para ajudar o município na qualificação do desmatamento via geoprocessamento, treinamentos técnicos para identificação e monitoramento de desmatamento e degradação florestal, além

de apoiar a criação local da Rede Sementes do Xingu, que há mais de cinco anos vem gerando trabalho e renda à várias comunidades – indígenas, ribeirinhos, assentados entre outros – no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, iniciativa do ISA e parceiros. Em abril de 2011, Querência, no Mato Grosso, saiu da lista ao atingir a meta de 80% de Cadastros Ambientais Rurais (CARs), colocando em prática a restauração florestal em diversas Áreas de Preservação Permanente (APPs), em parceria com o ISA. Os produtores rurais daquele município restauraram 100 hectares de beiras de rios e nascentes.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/13ruxad>



© ANNA MARIA ANDRADE/ISA

No Quilombo Praia Grande a discreta edificação e o Rio Ribeira constituem a paisagem cultural do Vale do Ribeira

Lideranças quilombolas debatem proteção do Rio Ribeira e paisagem cultural

Representantes de 16 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira reuniram-se em fevereiro no quilombo de Ivaporunduva, em Eldorado (SP) para discutir a nova legislação ambiental e as políticas públicas que interferem na autodeterminação do uso de seus territórios.

Diante das ameaças de construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape e de atividades mineradoras, um dos temas do encontro foi a chancela da paisagem cultural, o espaço que resulta da interrelação histórica do homem com a natureza. Trata-se de um instrumento que contribui para a proteção do rio e outros bens culturais quilombolas a ele fortemente

associados. A chancela é dada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que concede um título à região em questão, pelo valor de seus atributos cênicos e do patrimônio cultural local. O objetivo é restringir usos predatórios e descaracterizadores da paisagem cultural.

O plano de gestão da área chancelada é elaborado e pactuado em conjunto com os atores locais: sociedade civil e Estado definem o que pode e o que não pode ser feito na área. O processo de chancela teve início em 2007 quando as comunidades da região, organizações da sociedade civil, e movimentos sociais alertaram para a degradação e ameaças de empreendimentos com potencial de impacto sobre o rio. Em 2009, o Iphan assumiu a condução do processo. Durante o encontro, as comunidades enfatizaram a importância da paisagem cultural como mecanismo que contribui para a proteção do rio, para fortalecer as roças quilombolas e outros usos territoriais, como manejo de recursos naturais, além de manifestações culturais religiosas e artísticas recentemente inventariadas no projeto Inventário de Referências Culturais de Comunidades Quilombolas. E pediram ao Iphan mais agilidade no andamento do processo até que seja instituída a chancela de paisagem cultural para o rio.



© ANNA MARIA ANDRADE/ISA

Quilombolas durante reunião em Ivaporunduva

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3730>



© MUIDE PAROQUIA/ISA

Equipe da expedição que percorreu, identificou e registrou locais sagrados

Expedição inédita sobe o Rio Negro para mapear lugares sagrados

Em fevereiro, um grupo formado por indígenas do Alto Rio Negro, representantes de organizações governamentais e não governamentais e de universidades, deixou o porto de Manaus rumo à São Gabriel da Cachoeira, na fronteira do Brasil com a Colômbia. O objetivo foi refazer parte da rota mítica pela qual os ancestrais chegaram aos lugares onde hoje vivem os diferentes povos tukano no noroeste amazônico.

A iniciativa é parte de um conjunto de ações que vêm sendo apoiadas por diversas instituições, com destaque para o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a Foim (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), numa parceria de vários anos da qual participa também o ISA e, mais recentemente, o Ministério de Cultura da Colômbia.

Os projetos desenvolvidos há mais de duas décadas pelo ISA no Brasil e pela Fundación Gaia na Colômbia junto aos povos do noroeste amazônico levaram à idealização de um programa binacional de Cartografia e Documentação Cultural dos lugares considerados sagrados pelos povos das famílias

linguísticas tukano oriental, arawak e maku. A expedição subiu o Rio Negro registrando as narrativas orais de

conhecedores tradicionais, dos lugares sagrados e míticos de seus povos. Tudo foi registrado pela equipe de cinegrafistas, coordenada por Vincent Carelli do Vídeo nas Aldeias.

Depois de percorrer 800 quilômetros durante duas semanas, a embarcação aportou em Camanaus, São Gabriel da Cachoeira, identificando 23 locais importantes apontados pelos conhecedores indígenas como “lugares sagrados” ou “casas de transformação”. Esses lugares foram os pontos de parada de seus ancestrais no curso da “viagem de transformação” que os levou ao centro da terra, e ao território onde até hoje vivem os diversos grupos tukano, nas bacias dos rios Uaupés e Apaporis. Na maioria deles, foi possível descer em terra para conhecer de perto as marcas inscritas nas pedras, nas formações rochosas, na vegetação local, no leito do rio.

Em cada parada os conhecedores dos grupos participantes da expedição – Desana, Pira-Tapuia, Tukano, Tuyuka e Bará – narravam suas histórias e os eventos aí ocorridos. A ideia agora é continuar a viagem no trecho acima de S. Gabriel da Cachoeira, entrando pelo Rio Uaupés até a Cachoeira de Ipanoré, local onde os primeiros ancestrais teriam finalmente emergido para a terra já em forma humana. Parte da expedição foi custeada por doação da Rainforest da Noruega.

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3736>



© IRETO RICHARD/ISA

Projeto arquitetônico da casa foi adequado às exigências das mulheres produtoras de jiquitaia

Pimenta Baniwa ganha casa própria no Rio Içana

Depois de funcionar de forma experimental por cinco meses, a Casa da Pimenta Baniwa foi oficialmente inaugurada no final de janeiro, na comunidade de Tunuí-Cachoeira, distante 300 quilômetros de São Gabriel da Cachoeira, no Médio Rio Içana. Trata-se de um espaço de produção, envase e armazenamento da pimenta jiquitaia, sob protocolo especial de produção. Pouco conhecida além das fronteiras das bacias dos rios Negro e Branco, a jiquitaia é uma “farinha” de pimentas com sal, que carrega uma diversidade enorme de variedades do gênero *Capsicum*, presente sobretudo nas roças indígenas amazônicas. A ideia é que o produto alcance mercados como São Paulo, Manaus e Brasília. É no extremo noroeste, na fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela, que comunidades da etnia Baniwa, da Terra Indígena Alto Rio Negro, vêm se organizando para isso.

A inauguração teve a participação de pesquisadores indígenas representando o Projeto Pimentas na Bacia do Içana-Ayari, patrocinado pelo Programa Jovem Cientista

Amazônida, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam), que relataram suas pesquisas

revelando de que forma elas contribuíram para definir e implementar um projeto arquitetônico apropriado às exigências das mulheres produtoras de jiquitaia, bem como às regras de vigilância sanitária.

A partir daí, será possível organizar a produção das roças familiares e incrementar a capacidade de atender a novos mercados, o que já vêm sendo feito de forma experimental. A promoção da pimenta baniwa em nichos apropriados de mercado de alto valor agregado é uma das formas de fortalecer as práticas que sustentam o Sistema Agrícola do Rio Negro, declarado patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O ISA é parceiro da iniciativa com a Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi). Vale destacar que o Sistema Agrícola do Rio Negro é comandado pelas mulheres indígenas e que ele garante a segurança alimentar de um enorme contingente populacional do qual fazem parte cerca de 64 povos que vivem no noroeste amazônico, tanto no Brasil, quanto na Colômbia e na Venezuela. O chef de cozinha Alex Atala, aceitou o convite da Oibi e do ISA, e acompanhou o ciclo de produção, das roças até o potinho além de participar da inauguração.

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3731>

Quilombolas do Vale do Ribeira discutem Zoneamento Ecológico Econômico

Em fevereiro, o ISA promoveu encontro com lideranças de 14 associações de comunidades quilombolas, no quilombo Ivaporunduva, para discutir a participação na construção do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que está sendo elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente (SMA) do Estado de São Paulo.

O ZEE é um instrumento de ordenamento territorial e planejamento ambiental para identificar o potencial e a vocação de cada área em um determinado território. Determina em nível nacional e estadual o que pode e o que não pode ser feito de acordo com a caracterização da área.

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3732>

No encontro, os quilombolas receberam informações e debateram

a importância de participar do processo, já que seus territórios têm características socioambientais relevantes para a conservação, e precisam, ao mesmo tempo, garantir seu direito ao modo de vida tradicional e seu desenvolvimento sustentável. Só participando efetivamente poderão garantir que os territórios não fiquem em áreas que restrinjam e comprometam seus usos tradicionais e planos de futuro. Também elaboraram um documento no qual pedem à SMA que promova uma oficina de trabalho conjunta com as comunidades para apresentação do ZEE. E autorizaram a SMA a utilizar os mapas de uso da Agenda Socioambiental Quilombola, produzidos pelo ISA em 2008, na elaboração do ZEE.

Índios da Raposa-Serra do Sol (RR) instalam torres para medir ventos

Em fevereiro, o projeto Cruviana instalou três torres (Maturuca, Pedra Branca e Tamanduá) para medir a força dos ventos na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, nordeste de Roraima. Parceria entre o Conselho Indígena de Roraima (CIR), o Instituto So-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/15qQhow>



© ALBERTO CADETE

cioambiental (ISA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Cruviana pretende, durante pelo menos um ano, estudar continuamente a potencialidade eólica daquela região, um dos locais com os ventos mais fortes do país.

A intenção inicial é gerar energia para consumo das comunidades, e posteriormente discutir a possibilidade da geração em larga escala. O projeto também está mapeando as comunidades e levantando a necessidade de energia elétrica de cada família. Uma equipe de 14 pesquisadores indígenas está percorrendo a região com aparelhos de GPS e aplicando questionários de casa em casa.

O estudo está sendo realizado na parte norte da Raposa-Serra do Sol, conhecida como Região das Serras, distante da rede elétrica e a 300 km de Boa Vista, capital do estado. Nessa região vivem 10 mil pessoas em cerca de 90 comunidades. A única energia disponível é gerada por motores a diesel, e apenas durante algumas horas por dia. Os índios pretendem colocar os resultados do estudo à disposição do governo federal em busca de uma solução mais diversificada e sustentável de geração de energia, levando em conta o potencial eólico da região.

Equipe do projeto Cruviana inicia a instalação das torres



© ACENHO ISA

Curtas

MEL DOS ÍNDIOS DO XINGU

SE CONSOLIDA. Lideranças e apicultores indígenas participaram de encontro na sede da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), no Parque Indígena do Xingu (PIX), nos dias 22 e 23 de março. O objetivo foi compartilhar experiências, renovar acordos de gestão e planejar ações futuras do produto “Mel dos Índios do Xingu”, que passa por momento importante de consolidação no parque. Também estiveram presentes a diretoria da Atix, equipe do ISA e representantes da Funai. A continuação do processo de construção pela Funai, do esperado entreposto do mel na CTL Diauarum, testemunha a fase de amadurecimento e profissionalização pela qual passa a apicultura indígena no PIX. O encontro, que ocorre anualmente, é fundamental para construir uma estratégia de gestão compartilhada da apicultura e reforça o diálogo entre os participantes da atividade.

Encontro fortalece processos de cura tradicional

Xamãs realizam novo encontro na Terra Indígena Yanomami

Evento realizado na comunidade Uxixiu, na região do Catrimani, em Roraima, entre 31 de março e 5 de abril, reuniu dez xamãs, além de convidados e moradores da região e enfatizou processos de cura de doentes e o afastamento dos males que afetam a floresta e o cosmo. É que entre o fim de 2012 e início de 2013 a ocorrência de muitas mortes de forma súbita, causou preocupação nas comunidades e tornou o encontro ainda mais necessário para fortalecer os processos de cura tradicional garantindo o bem estar de todos. Além disso, o encontro foi marcado por tradicionais diálogos rituais e momentos descontraídos de conversas e troca de experiências entre os participantes entre os quais se incluíam muitos moradores de comunidades próximas, e convidados das regiões de Demini, Novo Demini, Toototobi, Balawaú, Surucucú, Haxiu, Maloca Paapiu e Ajarani. O encontro teve o apoio da Hutukara Associação Yanomami (HAY), do ISA e da Missão Catrimani da Diocese de Roraima.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/18zESUI>

Começa a organização da feira de sementes dos quilombos do Vale do Ribeira

O Programa Vale do Ribeira do ISA começou a organizar a Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais dos Quilombos do Vale do Ribeira, que acontecerá pelo sexto ano consecutivo na cidade de Eldorado (SP), em 24 de agosto. No dia 23, um seminário abordará o tema “As mulheres quilombolas e as roças tradicionais”. Estes eventos anuais têm facilitado o encontro e o debate das comunidades quilombolas sobre a importância das roças tradicionais e principalmente sobre o resgate e a conservação de variedades e espécies de plantas

que garantem, secularmente, a segurança alimentar das comunidades. Para isso, o ISA vem realizando encontros e reuniões com parceiros diversos para consolidar apoios para a realização da feira. O ISA deverá buscar recursos também em sites de financiamento coletivo como aconteceu em 2012. A Feira de Troca de Sementes é organizada no âmbito do Grupo de Trabalho da Roça, um grupo informal constituído por representantes das comunidades quilombolas e instituições parceiras e articulado pelo ISA.

ISA divulga posição sobre questão indígena, quilombola e a mineração em Terras Indígenas

Em abril, o ISA divulgou sua posição sobre a mineração em Terras Indígenas, a demarcação e a questão quilombola. Sobre a questão da **mineração**, esclareceu que, atualmente, a exploração de minérios em Terras Indígenas não é prioridade para a política mineral e para a estratégia de desenvolvimento nacional, e atenderia exclusivamente a interesses privados. E que o eventual pagamento de royalties por mineração está muito longe de ser a melhor opção de geração de renda para índios. A eventual atuação de mineradoras em Terra Indígena prejudicará outras opções sadias de renda e deixará estragos irreversíveis, que terão que ser suportados pelas futuras gerações.

SAIBA MAIS EM:

<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/mineracao-e-ameaca-para-terras-e-comunidades-indigenas>

Em 19 de abril, Dia do Índio, artigo assinado por Márcio Santilli, no jornal Folha de S. Paulo, criticou a atuação do governo Dilma Rousseff em relação à questão indígena. Especialmente em relação à proposta de Emenda Constitucional que pretende rever os procedimentos estabelecidos visando travar a **demarcação de Terras Indígenas**. O texto destaca o esforço da Fundação Nacional do Índio (Funai), neste ano, para identificar as terras dos Guarani Kaiowá, etnia mais numerosa do Brasil com a menor extensão de áreas do que as destinadas aos assentados da reforma agrária do Mato Grosso do Sul. E critica o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que em vez de tomar a decisão política de oficializar essas terras, que cabe a ele e não à Funai, prefere acolher interesses contrariados e fragilizar a posição do Funai.

SAIBA MAIS EM:

<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/nenhum-dia-e-mais-dia-do-indio>

A mesma Constituição de 1988 que garantiu direitos aos povos indígenas também atribuiu ao Poder

Público a obrigação de titular as terras ocupadas por **comunidades remanescentes de quilombos**. Essa determinação pretendeu resgatar a dívida histórica do País com os afrodescendentes que se refugiaram em comunidades fugidas da escravidão ou formadas após a Abolição pelos que não foram absorvidos pelo regime assalariado.

Após quase 25 anos da promulgação da Constituição, só 207, das cerca de três mil comunidades quilombolas estimadas em todo o Brasil, foram tituladas por órgãos federais ou por órgãos estaduais em parceria com órgãos federais, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Aquelas já certificadas pela Fundação Cultural Palmares somam mais de 1,7 mil.

A taxa de titulação caiu drasticamente no mandato de Dilma Rousseff – embora seja preciso ressaltar a atuação da Secretaria Geral da Presidência da República em algumas tentativas de mediação ou solução de conflitos. Dilma tituló 632 hectares até agora, enquanto a administração Lula tituló 21,4 mil hectares, entre 2003 e 2007, e 38,2 mil hectares, entre 2008 e 2010. Já o governo FHC tituló 415,2 mil hectares, em oito anos. O texto do ISA critica a atuação do governo que abdica de sua obrigação constitucional e histórica de tutelar os direitos das minorias. No caso dos quilombos, deveria exercer a sua autoridade para impedir que se instale uma temporada de caça aos que simbolizam um dos elementos essenciais da nossa identidade nacional.

SAIBA MAIS EM:

<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/temporada-de-caca-aos-quilombos>



Ações nas redes sociais agitam Semana do Índio

De 15 a 19 de abril deste ano, a equipe Povos Indígenas no Brasil do ISA mobilizou-se para produzir conteúdos especiais para a semana em que se comemora o Dia do Índio. As ações, concentradas nos sites e perfis do ISA nas redes sociais Facebook, Twitter e Google+, tiveram foco na promoção da consciência sobre a sociodiversidade indígena, e na discussão sobre os ataques recentes aos direitos indígenas.

Uma página especial (<http://pib.socioambiental.org/pt/c/diadoindio>) disponibilizou uma agenda detalhada com os eventos culturais e manifestações políticas que aconteceram no período em todo o país. Recheada de textos, imagens, vídeos e

infográficos sobre os povos indígenas, a página teve mais de 1700 visualizações em seis dias. O blog Eu+Índio incentivou a participação dos internautas que ali escreveram suas histórias relatando como as culturas indígenas entraram em suas vidas (<http://eumaisindio.tumblr.com>). Foram 28 postagens com mais de mil visualizações da página.

A programação teve ainda conferências transmitidas ao vivo entre os dias 16 e 19, por meio da ferramenta Hangout, do Google +, nas quais os temas discutidos foram a demarcação de Terras Indígenas, o movimento indígena e a produção cultural indígena.



Desafios socioambientais são debatidos em seminário de fim de ano

O seminário de final de ano do ISA, quando as equipes de colaboradores se reúnem em São Paulo, inovou ao realizar um evento de dois dias aberto ao público em geral, nas dependências do Tucarena, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em parceria com o Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor (Neats), o seminário compartilhou com os presentes os desafios da sociedade civil em temas de interesse e relevância socioambiental no Brasil. Marco regulatório do Terceiro Setor, o papel da Amazônia no modelo de geração de energia com base em hidrelétricas, Panamazônia, efeitos das mudanças no Código Florestal, e o debate em torno de uma campanha de sensibilização em defesa das Terras Indígenas e Unidades de Conservação estiveram na pauta.

Visitas ao site

Janeiro/Abril de 2013*
962.539

* Aqui considerados os sites Socioambiental, PIB, PIB Mirim, Radar Rio+20, Unidades de Conservação, De olho nas Terras Indígenas, Campanha Cílios do Ribeira, Campanha Y Ikatu Xingu

Curtas

▶ REUNIÃO NO FAZENDÃO

ELABORA PLANO TRIENAL. As diretrizes do novo Plano Trienal do ISA (2014/2016) foram debatidas e elaboradas em reunião de três dias, realizada em um hotel-fazenda (Fazendão) próximo a São Paulo, com a participação da Secretaria Executiva, dos coordenadores e adjuntos, de sócios, colaboradores e parceiros. O tema Mudanças Climáticas continuará sendo um eixo estratégico e transversal dos programas do ISA. O tema central será o das Áreas Protegidas, com foco na gestão territorial e na valorização do patrimônio, e está prevista uma campanha de sensibilização pública. O novo plano também contempla os 20 anos do ISA, com análises do cenário socioambiental e implicações para a sustentabilidade institucional e enfatizará uma abordagem panamazônica, com base no trabalho transfronteiriço da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), que o ISA coordena.

▶ TROCA NO CONSELHO ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA.

Depois de dois anos como representante do Fórum Brasileiro de ONGs, Adriana Ramos, do ISA, passou o bastão para Jorge Pinto da Silva.

▶ ISA INTEGRA DIRETORIA A

ABONG. Desde o início de 2013, a secretária executiva adjunta do ISA, Adriana Ramos, passou a integrar a diretoria da Associação Brasileira de ONGs (Abong).



© MARCOS WESLEY/ISA

Davi Yanomami mostra as roças ao rei Harald

Rei da Noruega visita aldeia de Davi Yanomami

Em abril, o rei da Noruega, Harald V, realizou o desejo que tinha de ter uma experiência em uma comunidade indígena, participando do cotidiano da aldeia. Convidado pelo líder yanomami Davi Kopenawa a participar da festa de homologação da TI Yanomami, em outubro de 2012, o rei não conseguiu comparecer por problemas de agenda. Mas aceitou o convite e visitou, em abril último, a aldeia Watoriki (AM), 150 Km a oeste de Boa Vista, capital de Roraima. A organização da visita obedeceu a um baixo perfil, com uma comitiva mínima e sem colocar em risco sua segurança. Daí o empenho especial do Castelo da Noruega e da Embaixada norueguesa em Brasília.

O governo brasileiro, por meio do Itamaraty, da Funai e da Polícia Federal, deu o apoio necessário, atuando para que a segurança do monarca fosse garantida, com respeito à sua privacidade, já que não se tratava de uma visita oficial. Além dos seguranças do Castelo Real e representantes da organização civil Fundação Rainforest da Noruega, que apoia os Yanomami em projetos de Educação há mais de 15 anos com recursos do governo norueguês, o coordenador adjunto do Pro-

grama Rio Negro do ISA, Marcos Wesley, acompanhou a visita e ajudou na comunicação como intérprete entre o yanomami e o português.

Ao chegar à comunidade, o rei foi recepcionado pelas 190 pessoas que ali vivem. Durante os quatro dias que ficou na aldeia, dormiu em rede, comeu caça com beiju, ouviu histórias dos antigos, viu o que os Yanomami cultivam em suas roças e como se relacionam com a floresta. Os Yanomami também lhe contaram sobre as preocupações com a ambição dos brancos pelos minérios que estão sob a terra e que resulta na invasão e degradação da floresta pelo garimpo ilegal. Os Yanomami reafirmaram ao rei que somente a floresta em pé interessa e faz sentido.

No último dia da visita (25/4), houve troca de presentes simbolizando a amizade entre o rei Harald V e Davi Kopenawa. O rei deu a Davi um álbum com fotos pessoais, mostrando seus familiares, sua casa, seu barco, seu cachorro. Davi deu ao rei um bracelete tradicional dos Yanomami que simboliza a beleza e a força dos pajés. O rei definiu a experiência de convivência com os yanomami como “maravilhosa”.

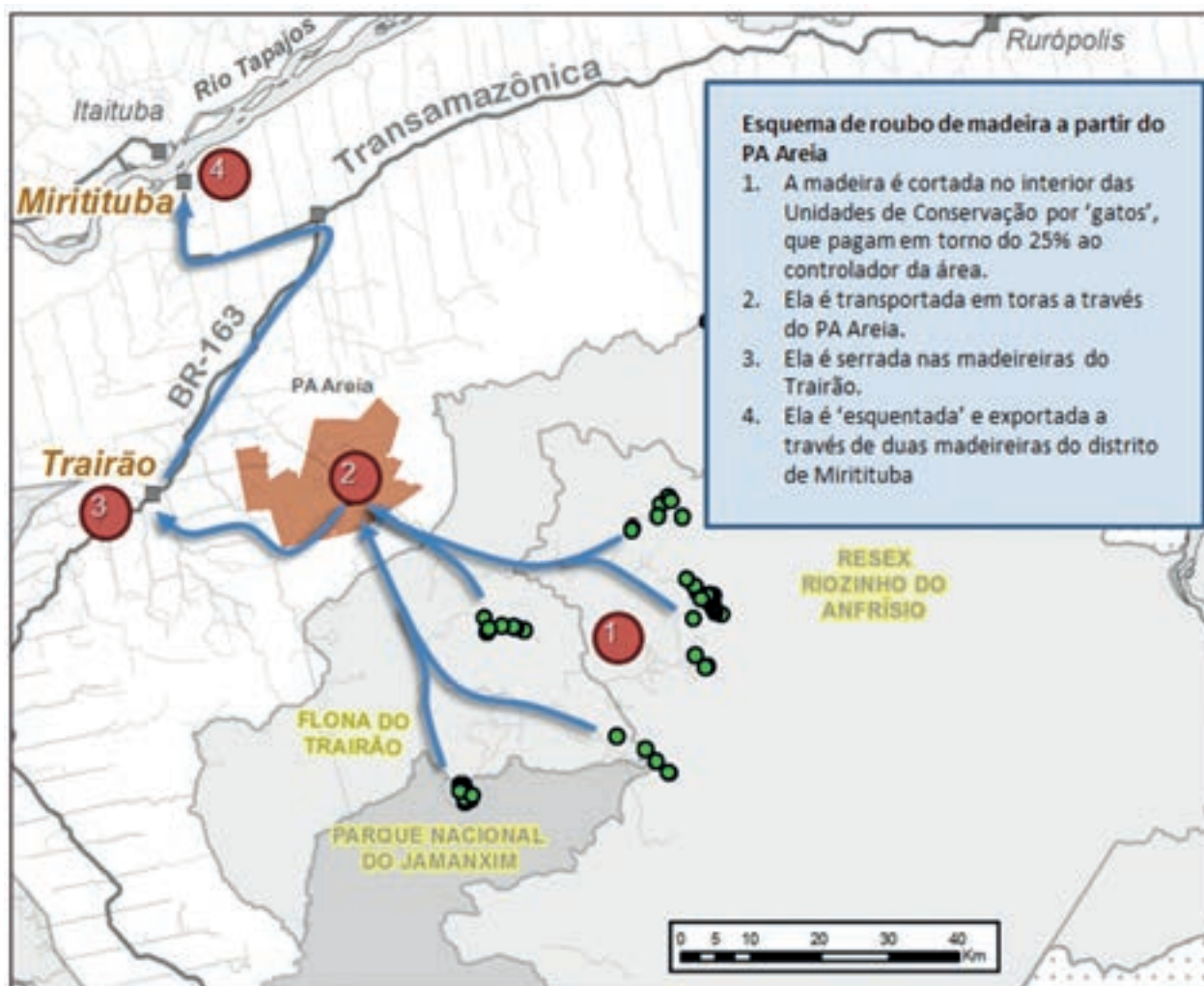
ISA denuncia exploração ilegal de madeira na Terra do Meio (PA) e pede providências

Em nota técnica encaminhada em dezembro ao Ibama, ICMBio e Presidência da República, o ISA denunciou o avanço da exploração ilegal de madeira na Terra do Meio, no Pará, em especial na Reserva Extrativista (Resex) do Riozinho do Anfrísio, pedindo ao governo providências urgentes contra a destruição em curso na região, cujo patrimônio socioambiental é inestimável. Na carta que acompanhou a nota, o ISA lembrou o histórico de denúncias que incidem sobre aquela área e que causaram o assassinato de João Chupel em 2011.

“Consideramos uma afronta aos poderes constituídos da República a forma e amplitude da atuação do esquema de exploração ilegal em questão, ao

se mostrar capaz de continuar abrindo centenas de quilômetros de estradas dentro de florestas tropicais densas, dentro de áreas públicas, mobilizar uma frota de maquinário pesado e um exército de trabalhadores, transportar continuamente cargas de toras de madeira pesando milhares de toneladas, processar esta carga em grandes serrarias localizadas nas cidades da região, trafegar novamente esta carga de grande porte em estradas oficiais e finalmente embarcá-la “legalmente” nos portos regionais. Não há como não indagar, de que maneira um esquema desta magnitude consegue se manter impune por tanto tempo, a despeito de todas as denúncias que foram e continuam sendo feitas e de todas as investidas governamentais”, diz um trecho do texto enviado às autoridades.

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3712>



Análise aponta inviabilidade de projeto de mineração em Belo Monte

O parecer técnico que o ISA protocolou em janeiro junto à Secretaria do Meio Ambiente do Pará solicita que o órgão suspenda o processo de licenciamento do projeto da mineradora canadense Belo Sun, a ser instalado na Volta Grande do Rio Xingu, a 10 km da barragem principal de Belo Monte e a 9,5 km da Terra Indígena (TI) Paquiçamba. A partir da análise dos documentos de licenciamento do projeto, o ISA destacou dois principais problemas: a descon-

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3721>

consideração das alterações ambientais provocadas por Belo Monte na mesma área na qual se pretende instalar a mineradora, e a insuficiência da análise

de impactos sobre os povos indígenas da região. O parecer alerta que é impossível realizar previsão de impactos do projeto em meio a um ambiente que não se sabe como vai se comportar no futuro próximo. Nem a Norte Energia, responsável pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, nem os afetados (como índios e pescadores), nem os especialistas e os órgãos públicos responsáveis sabem quais serão os impactos exatos da usina na área da Volta Grande. O ISA solicitou que o Ibama e o Ministério Público Federal exijam a federalização do processo caso a Secretaria de Meio Ambiente do Pará prossiga com o processo de licenciamento, já que há afetação direta aos povos indígenas da região.

Condicionantes socioambientais e ações para povos indígenas de Belo Monte pouco avançam

A equipe do Programa Xingu continua a monitorar o cumprimento das condicionantes de Belo Monte, estabelecidas para a concessão da licença de instalação da usina em junho de 2011, quando

o Ibama considerou que 40 condicionantes haviam sido cumpridas desde a licença prévia de instalação dada em fevereiro de 2010. A tabela com as condicionantes acordadas, cumpridas e não cumpridas,



© LETICIA LENTINI

Obras aceleradas no canteiro principal de Belo Monte



© LETICIA LEITE/ISA

Em Altamira, mais de 100 mil pessoas vivem sem rede de esgoto: obras de saneamento fazem parte das condicionantes não cumpridas

atualizada até fevereiro de 2013 pode ser acessada em <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/cond-belo-monte/1>.

O não cumprimento das condicionantes levou o Ibama a notificar a Norte Energia, em fevereiro. O órgão licenciador federal apontou em seu relatório semestral irregularidades, tendo informado que apenas parte das condicionantes previstas tinham sido cumpridas – o parecer considera que 19% delas têm implementação adequada. Um mês antes, a Funai havia indicado em estudo que o Plano de Proteção às Terras Indígenas afetadas pela usina estava atrasado em quase dois anos, alertando para o não cumprimento de obrigações definidas no licenciamento ambiental da obra. O prazo de implantação era julho de 2011. Entre essas obrigações, que não foram cumpridas, estavam a construção de postos de vigilância e fiscalização

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3744 e 3748>

nas áreas impactadas, regularização fundiária e desinvasão previstas para mitigar impactos. O Plano Ambiental Bá-

sico – Componente Indígena, que deveria ter sido implantado no início da obra, não aconteceu também. Só foi elaborado pós-início da construção, e no final de 2012 estava sendo revisado para aprovação. Enquanto isso, Altamira sofre as consequências da não implementação dos planos de mitigação de impactos. Em abril, enquanto 30% das obras da usina estavam concluídas, a procuradora Thaís Santi afirmava em entrevista ao ISA que nenhum quilômetro de rede de esgoto havia sido construído, prejudicando mais de 100 mil pessoas.

O município ganhou mais de 50 mil novos habitantes com o início das obras de Belo Monte e a prefeitura também está sem condições de lidar com o aumento da demanda extra no sistema de saúde. Os extrativistas, por exemplo, que vivem no município, encontram-se ainda mais vulneráveis, sem a atenção mínima necessária. Um acidente envolvendo picada de cobra e escorpião ocorrido na Resex do Riozinho do Anfrísio, na sexta-feira da Semana Santa, no final de março, ilustrou tristemente a situação de abandono em que vivem (veja pág. 4).



Pesquisadores indígenas monitoram desembarque pesqueiro em Santa Isabel do Rio Negro

Monitoramento da pesca no Médio Rio Negro é tema de oficinas para pesquisadores

Entre 24 de janeiro e 4 de fevereiro, o ISA e parceiros promoveram em Santa Isabel do Rio Negro e em Barcelos, municípios amazonenses, oficinas de trabalho e curso de formação de pesquisadores para realizar o monitoramento da pesca. O objetivo foi gerar e disponibilizar informações para subsidiar a organização das atividades pesqueiras na região, além de fortalecer as associações representativas de classe e a formulação de políticas públicas mais adequadas à realidade local. Desde 2007, o ISA desenvolve ações em parceria com a Associação Indígena de Barcelos (Asiba) e a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (Acimrn) para formar pesquisadores indígenas e ribeirinhos e levantar conflitos e usos dos recursos pesqueiros. E, a partir daí, elaborar propostas de zoneamento para regulamentar a pesca na região.

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3725>

Participaram das oficinas, pesquisadores indígenas, alunos dos cursos técnicos em pesca e aqui-

cultura do Centro Tecnológico do Amazonas e Instituto Federal do Paraná (parceiro em Barcelos), lideranças indígenas, pescadores e representantes das câmaras de vereadores dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Nelas, foram apresentadas iniciativas de monitoramento de biodiversidade que estão em curso no Amazonas. Para obter mais informações sobre a pesca esportiva e comercial está prevista uma coleta de dados sistematizada para auxiliar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento local e fomentar a segurança alimentar das comunidades indígenas, ribeirinhas e das sedes municipais.



Site e Manchetes Socioambientais de cara nova

Em março foram as manchetes que mudaram de layout e foram ampliadas com a inclusão de notícias e links de agências de notícias, sites e blogs, que se somaram aos resumos das notícias dos jornais diários e revistas semanais. Os sete mil assinantes saltaram para 14 mil em menos de um mês. Em abril, entrou no ar o novo site, de cara nova, mais interativo e com novidades como álbuns de imagens que contam um pouco da história e do trabalho do ISA.

CONFIRA!

<http://www.socioambiental.org>

E

<http://www.socioambiental.org/pt-br/manchetes>



Atlas da Raisg ganha versão em português e inglês

As novas versões (impressa e digital em português e inglês) traduzidas da publicação em espanhol *Amazonía bajo presión*, 2012, revistas e corrigidas, foram apresentadas no final de abril durante o evento Literatura e Sustentabilidade 2, na Feira Panamazônica do Livro, realizada em Belém.

Entre os destaques do Atlas está a análise do desmatamento mostrando que entre 2000 e 2010, foram suprimidos cerca de 240 mil km² de floresta amazônica nos nove países onde ela está presente. O conjunto de seis pressões e ameaças à Amazônia constatados na última década – petróleo e gás, estradas, hidrelétricas, mineração, desmatamento e focos de calor – indica que paisagens de florestas e a diversidade social e ambiental e de água doce estão sendo substituídas por paisagens degradadas, savanizadas, áreas mais secas e mais homogêneas.

Elaborado e produzido por organizações da sociedade civil e de pesquisa que integram a rede, a publicação em português

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/13Zrvfp>



**DISPONÍVEL PARA
DOWNLOAD EM:**
<http://raisg.socioambiental.org>

e em inglês, assim como outros produtos gerados pela Raisg (disponíveis em raisg.socioambiental.org), tem como principal objetivo superar visões fragmentadas da Amazônia sul-americana e fornecer uma visão abrangente das pressões e ameaças para toda a região.

Livro atualiza pedidos de mineração em Terras Indígenas na Amazônia brasileira

No momento em que o governo e o Congresso voltam a debater um novo código de Mineração, o ISA publica dados atualizados sobre requerimentos minerários em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira, organizados por empresa, por tipo de minério, por quantidade e extensão. O trabalho é resultado do monitoramento,



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/15bbDGg>

organização, cruzamento e análise de dados e informações oficiais, realizados pelo ISA. O perímetro das terras digitalizadas foi feito a partir dos documentos oficiais sobre a escala 1:250.000 (decretos presidenciais, portarias do Ministério da Justiça e do presidente da Funai) e os dados do Cadastro Mineiro publicados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM. Esta é quarta edição da publicação, que está disponível para download em <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/mineracao-ti-2013/9#download>.

Nova edição de Plante as árvores do Xingu e Araguaia está disponível na internet

A publicação traz informações práticas sobre identificação, coleta e manejo de sementes, plantio e usos de árvores nativas da região dos rios Xingu, Araguaia e Teles Pires (MT).

Depois de dois anos de trabalho, o guia de árvores e plantas vem contribuir com o trabalho de técnicos e coletores de sementes em sua identificação. Para isso, traz 89 espécies ilustradas. Dessas, 85 ainda não haviam sido publicadas nas edições anteriores do livro. A exemplo das edições anteriores,

SAIBA MAIS EM:
<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3741>

lançadas em 2007 e em 2009, está também disponível na internet.



Curtas

SITE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO É AMPLIADO.

O programa Monitoramento ampliou o site de Unidades de Conservação (UCs). Lançado em 2011, trazia inicialmente informações sobre as UCs federais e estaduais na Amazônia. Agora vieram se somar a elas as UCs federais em todo o Brasil. Localização, caracterização ambiental e gestão são alguns dos itens que podem ser pesquisados. Inclui ainda informações sobre interesses minerários, focos de calor e hidrelétricas que incidem sobre as UCs. Também estão disponíveis cerca de 20 mil notícias relacionadas ao tema. A ampliação é mais um passo na divulgação de informações qualificadas e atualizadas para contribuir com o conhecimento e entendimento da situação de conservação no Brasil e da efetividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Elas também podem ser visualizadas por meio da plataforma Google Maps.

ACESSE EM:
<http://uc.socioambiental.org>



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Jurandir Craveiro e Tony Gross; **Secretário Executivo:** André Villas-Bôas; **Secretária executiva adjunta:** Adriana Ramos.

APOIO INSTITUCIONAL Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Leticia Leite e Oswaldo Braga de Souza.

Ilustrações e logomarca: Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** www.socioambiental.org

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA EL DORADO** Rua Paula Souza, 103, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua Professora Beliza de Castro, 3253, Jd. Independente II, 68372-530, Altamira (PA), tel: (93) 3515-0293.